

O ensino de ética jornalística e o exemplo da revista Veja

The teaching of journalistic ethics and the example of Veja magazine

Wellington Anselmo MARTINS¹
Pedro Luis Bueno BERTI²

Resumo

O objetivo geral desta pesquisa é apresentar uma forma reflexiva de ensino de ética jornalística a partir do estudo de um exemplo atual da mídia de massa brasileira. Os objetivos específicos são dois: 1) conceituar a ética kantiana e seu princípio de livre reflexão crítica; 2) levantar dados sobre chamadas de capa da revista Veja. O período de um ano, delimitado de maio de 2015 a maio de 2016, é para pesquisa da versão impressa da revista Veja. A revisão de literatura e a análise de conteúdo são os métodos empregados. Os resultados teóricos afirmam a necessidade de liberdade de pensamento. E os resultados quantitativos sugerem uma prática parcial da mídia estudada: 17 vezes, em chamadas de capa, cita-se o ex-presidente Lula da Silva (PT), sempre associando-o à corrupção; uma única vez cita-se o ex-presidente Fernando Henrique (PSDB), mas sem crítica a ele. Tal exemplo de possível prática parcial serve de base, em sala de aula, para a reflexão crítica e o ensino de ética jornalística.

Palavras-chave: Ensino de ética. Ética jornalística. Revista Veja.

Abstract

The general objective of this research is to present a reflective form of teaching of journalistic ethics from the study of a current example of Brazilian mass media. The specific objectives are twofold: 1) to conceptualize Kantian ethics and its principle of free critical reflection; 2) collect data on cover calls from Veja magazine. The period of one year, delimited from May of 2015 to May of 2016, is for search of the printed version of the magazine Veja. Literature review and content analysis are the methods used. Theoretical results affirm the need for freedom of thought. And the quantitative results suggest a partial practice of the media studied: 17 times in cover calls, the former president Lula da Silva (PT) is quoted, always associating him with corruption; only once is the former president Fernando Henrique (PSDB), but without criticism of him.

¹ Mestrando em Comunicação (UNESP). Bolsista de pesquisa pela CAPES.
E-mail: am.wellington@hotmail.com

² Mestrando em Comunicação (UNESP). Bolsista de pesquisa pela FAPESP.
E-mail: p_berti@hotmail.com

Such an example of a possible partial practice serves as the basis, in the classroom, for critical reflection and teaching of journalistic ethics.

Keywords: Ethics teaching. Journalistic ethics. Veja magazine.

Introdução

O presente trabalho parte da delimitação do seguinte problema: o ensino de ética jornalística em sala de aula pode pautar-se pelo estudo crítico de casos concretos, como o exemplo da Revista Veja e sua possível parcialidade?

Para responder a esse problema inicial de pesquisa, trabalha-se com a hipótese de que, sim, o ensino de ética pode partir de casos atuais a fim de estimular o debate e a livre reflexão dos alunos, e a Revista Veja, com a sua forma de fazer jornalismo, pode servir de base para essa reflexão ética.

Como sustentação teórica da hipótese desta pesquisa, emprega-se o filósofo Immanuel Kant (1724-1804), que defende ser preciso ensinar as pessoas a refletirem por si mesmas de modo que, assim, elas atinjam o *aufklärung* (esclarecimento racional) e a *maioridade* (autonomia ética). E para provocar, em sala de aula, esse pensamento autônomo dos alunos e futuros jornalistas, propõe-se, enfim, uma apreciação crítica sobre capas publicadas recentemente pela Revista Veja, de modo a expor a sua possível prática parcial ao fazer reiterada crítica ao Partido dos Trabalhadores (PT) enquanto poupa o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), isso exclusivamente dentro do período delimitado para análise.

Ética e a pedagogia kantiana

A princípio, neste tópico, trata-se da conceituação da ética geral enquanto parte da filosofia. A seguir, trata-se especificamente do pensador Immanuel Kant. E, por fim, resume-se a pedagogia kantiana a partir da noção de *aufklärung*.

Segundo Japiassú & Marcondes (2008, p. 97):

Ética é parte da filosofia prática que tem por objetivo elaborar uma reflexão sobre os problemas fundamentais da moral (finalidade e sentido da vida humana, os fundamentos da obrigação e do dever,

natureza do bem e do mal, o valor da consciência moral etc.), mas fundada num estudo metafísico do conjunto das regras de conduta consideradas universalmente válidas.

A ética geral, então, integra o rol de disciplinas tidas como filosóficas: ética, estética, lógica, epistemologia e metafísica. Ou seja, ética é filosofia, é o mais "prático" que a filosofia pode ser, pois a ética trata de reflexões acerca da moral, da conduta humana.

De modo amplo, a ética pode ser bastante teórica e abstrata. Cada filósofo tem liberdade para propor a sua visão de mundo, o seu conceito do que é uma vida digna, boa e virtuosa para os seres humanos. Nesse sentido, a ética é principiológica, pois estuda os princípios e os valores, e é metafísica, pois estuda questões que estão para além da física, para além do simples agora. A ética pode então estudar não somente o "ser" das coisas atuais, mas também o "dever-ser", relacionado ao futuro, e pode propor um conjunto de ideais a serem buscados pelos indivíduos e/ou as sociedades.

De modo mais específico, a ética também pode voltar-se para a vida útil e prática. Por exemplo, na reflexão que dá base para o desenvolvimento de códigos que visam normatizar a conduta das pessoas. A ética dá base filosófica para o regramento social, seja para um código jurídico válido dentro de um Estado Democrático de Direito, seja para um código de ética profissional, válido apenas para uma determinada categoria de trabalhadores.

Feita essa pequena exposição sobre o conceito básico de ética geral, então passa-se a tratar de Immanuel Kant, que é um filósofo tradicionalmente conhecido por suas propostas a respeito da ética.

Kant foi um influente professor da chamada Europa iluminista. Nascido em 1724, em Königsberg, uma pequena cidade prussiana, e tendo morrido em 1804, Kant desenvolveu teorias para diversas disciplinas filosóficas: em epistemologia, por exemplo, propôs uma síntese entre o racionalismo cartesiano e o empirismo de Locke; e em ética, propôs uma regra que teria valor universal, o chamado "imperativo categórico" (REALE & ANTISERE, 2003). Coerentemente com essas propostas, Kant também criou um conceito de esclarecimento ou *aufklärung*, que pode ser pensado a partir de sua teoria pedagógica.

Para Kant, todas as pessoas são livres e, por isso, é possível “promover, na e pela educação, o acesso de cada membro da humanidade à sua maioridade e à sua autonomia” (VINCENNTI, 1994, p. 19).

A liberdade dos indivíduos é fundamental no processo de ensino-aprendizagem; é pelo exercício e desenvolvimento da liberdade que os alunos chegam à autonomia intelectual.

Em seu livro intitulado “Sobre a Pedagogia”, Kant diz que os seres humanos, naturalmente, precisam de educação (1999, p. 11).

Um animal é por seu próprio instinto tudo aquilo que pode ser; uma razão exterior a ele tomou por ele antecipadamente todos os cuidados necessários. Mas o homem tem necessidade de sua própria razão. Não tem instinto, e precisa formar por si mesmo o projeto de sua conduta. Entretanto, por ele não ter a capacidade imediata de o realizar, mas vir ao mundo em estado bruto, outros devem fazê-lo por ele. (KANT, 1999, p. 12).

Ou seja, as pessoas precisam amadurecer em sua racionalidade de modo que, por si mesmas, criem o projeto de sua conduta, do seu agir, da sua moral. Esse processo de amadurecimento dos alunos, de modo especial na infância e na juventude, é dependente do professor. Cabe ao professor acompanhar e estimular o avanço da razão e liberdade nos alunos.

Kant elogia a liberdade humana e o seu potencial crítico, mas pondera dizendo que a liberdade sem disciplina é também mera animalidade e, por isso mesmo, é papel da educação potencializar os alunos para que vençam os seus próprios caprichos e vivam de modo regado e livre. (1999, p. 13).

“O homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz”. (KANT, 1999, p. 15). Vê-se assim, segundo o filósofo, o poder que a educação tem sobre a vida dos alunos, no polimento de sua liberdade e, por meio da disciplina, no afastamento de sua brutalidade.

Esse processo, todavia, não é simples. E por isso Kant diz que: “Desde que se reflita detidamente a respeito, vê-se o quanto é difícil. A educação, portanto, é o maior e mais árduo problema que pode ser proposto aos homens” (1999, p. 20). O processo da autonomia dos alunos é um movimento que passa pela tutela dos professores; sem o bom trabalho dos professores, é impossível que as pessoas desenvolvam a sua

racionalidade e crítica: “Uma vez que as disposições naturais do ser humano não se desenvolvem por si mesmas, toda educação é uma arte” (KANT, 1999, p. 21).

Kant propõe uma pedagogia que forme os seres humanos segundo o ideal de uma humanidade melhor, ou seja, a educação não deve apenas reafirmar a corrupção atual, não deve apenas preparar alunos para que façam uma boa figura no mundo atual, mas que sejam educados criticamente e, assim, sejam capazes de gerar progressos em sua geração e para as gerações futuras (1999, p. 22).

Kant resume os quatro deveres da educação dizendo que cabe à educação tornar o homem disciplinado (capaz de vencer a sua própria animalidade), culto (conhecedor da cultura, das letras e das artes), prudente (partícipe de sua sociedade e apto para a civilidade) e moral (capaz de escolher finalidades virtuosas para a sua vida, de modo a não prejudicar a ninguém). (1999, p. 25-26).

Tais ideais da educação não podem ser confundidas com mero treinamento, por isso Kant diz que: “Não é suficiente treinar as crianças; urge que aprendam a pensar” (1999, p. 27). Para que haja autonomia, é preciso que haja pensamento livre, ou seja, capacidade de crítica racional, capacidade de governar-se a si mesmo: “Quanto tempo deve durar a educação? Até o momento em que a natureza determinou que o homem se governe a si mesmo” (KANT, 1999, p. 32).

Enfim, tal governo de si só é possível para um aluno bem-educado e essa boa educação é um exercício que se dá entre a disciplina e a liberdade.

Esse exercício educativo, entre a disciplina e a liberdade, pode se dar ao longo de toda a vida adulta de uma pessoa e, de modo geral, ao longo de todo processo da história humana, sempre buscando o esclarecimento ou, como chamava Kant, o *aufklärung*. Segundo Ramos (2007) “um aspecto importante da filosofia de Kant, e que repercutirá na sua filosofia da educação, refere-se ao preceito de “*aufklärung*”, do pensar por si mesmo, e o exercício crítico da razão”.

Aufklärung é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do *aufklärung*. (KANT, 1974, p. 100).

Cabe, pois, aos professores desenvolver a capacidade de entendimento dos seus alunos, de modo prioritário na infância e juventude dos alunos; e cabe aos próprios alunos, quando já adultos, buscar o aprimoramento desta capacidade.

Kant diz que a preguiça e a covardia são responsáveis pelo tão grande número de seres humanos que se acomodam em sua menoridade. A autonomia, o esclarecimento, a liberdade disciplinada, o poder crítico, assim, são desperdiçados. É confortável ser menor. Então, frente a essa realidade de autoanulação dos sujeitos, os educadores podem desestabilizar a preguiça e a covardia por meio de provocações e estímulos intelectuais.

Os professores, no entanto, quando lidam com estudantes adultos, não devem agir como tutores, pois há o risco de aumentar a acomodação e o distanciamento do *aufklärung*:

É tão cômodo ser menor. Se tenho um livro que faz as vezes de meu entendimento, um diretor espiritual que por mim tem consciência, um médico que por mim decide a respeito da minha dieta etc., então não preciso de esforçar-me eu mesmo. Não tenho necessidade de pensar. (KANT, 1974, p. 101-102).

Kant diz que para a imensa maioria das pessoas é difícil chegar a essa autonomia. As pessoas supervalorizam medos e inventam monstros diversos para não assumirem o governo de suas próprias vidas e, assim, justificam a necessidade de tutores, de livros-guias, de diretores espirituais, médicos etc. E sabendo dessa fragilidade e acomodação, muitos aproveitam para assumir o lugar de guias e, às vezes, donos de consciências.

Apesar das dificuldades apresentadas, Kant diz “que, porém, um público se esclarecer a si mesmo é perfeitamente possível; mais que isso, se lhe for dada a liberdade, é quase inevitável” (1974, p. 102), ou seja, bem ao contrário dos aproveitadores e donos de consciência, os professores devem metodicamente permitir o exercício da liberdade de seus alunos para que, assim, os alunos avancem em sua disciplina, emancipação e crítica.

Kant diz que pensar por si mesmo é vocação de todas as pessoas, mas, de modo geral, só muito lentamente os grupos de pessoas chegam a esse esclarecimento. E tal dificuldade de autonomia é causada pelos preconceitos que as próprias pessoas

carregam; preconceitos esses que, por vezes, são impostos por algum guru social ou dono de consciência:

Para o aufklärung porém nada mais se exige senão liberdade. E a mais inofensiva entre tudo aquilo que se possa chamar liberdade, a saber: a de fazer um uso público de sua razão em todas as questões. Ouço, agora, porém, exclamar de todos os lados: não raciocineis! O oficial diz: não raciocineis, mas exercitai-vos! O financista exclama: não raciocineis, mas pagai! O sacerdote proclama: não raciocineis, mas crede! Um único senhor do mundo diz: raciocinai, tanto quanto quiserdes, e sobre o que quiserdes, mas obedecei! Eis aqui por toda a parte a limitação da liberdade. Que limitação, porém, impede o aufklärung? Qual não o impede e até mesmo o favorece? Respondo: o uso público da razão deve ser sempre livre e só ele pode realizar o esclarecimento entre os homens. (KANT, 1974, p. 104).

Em meio a essa crítica, Kant no entanto pondera ao elogiar a disciplina das pessoas e a necessidade de ordem social nos exércitos, nos negócios econômicos, nas igrejas etc. Mas não desconsidera o papel da liberdade no processo de desenvolvimento da maioria. Inclusive, Kant diz que não só os soldados, os clientes e os fiéis devem poder fazer o exercício da crítica livre, mas também os líderes sociais devem ter essa sabedoria de não se fecharem em velhos conceitos: “pois o fato de os tutores do povo deverem ser eles próprios menores constitui um absurdo que dá em resultado a perpetuação dos absurdos” (1974, p. 108). Ou seja, Kant defende ser um crime contra a natureza humana toda a forma de prisão conceitual, servilismo ou minoridade em adultos. Mesmo padres ou generais, por isso, enquanto pessoas que são, não só podem como também devem questionar suas instituições, doutrinas e dogmas a fim de dar progresso à história humana.

Kant, assim, acredita que há um processo de aperfeiçoamento tanto das pessoas, individualmente, quanto dos grupos e, ainda, da humanidade como um todo. E por isso ele faz a seguinte reflexão: “Se for feita então a pergunta: ‘Vivemos agora em uma época esclarecida?’, a resposta será: ‘não, vivemos em uma época de esclarecimento [aufklärung]’”. (KANT, 1974, p. 112).

Kant repete várias vezes que a culpa da minoridade é das próprias pessoas, mas afirma que ditadores de todos os tipos têm interesse em manter as pessoas infantis, brutas e acríticas. Por isso, conforme diminuem as ações impositivas e autoritárias e, assim, se fortalece o exercício da liberdade, mais cada ser humano e a humanidade

como um todo se aproximam do aufklärung: “Os homens se desprendem por si mesmos progressivamente do estado de selvageria, quando intencionalmente não se requinta em conservá-los nesse estado” (1974, p. 114).

Essa intenção de conservar as pessoas acríticas pode ser a tendência de diversas publicações da grande mídia ao longo da história. E a procura e análise de tais casos é ambiente pedagógico propício para o desenvolvimento da autonomia reflexiva dos alunos dentro de sala de aula.

A ética jornalística, o seu ensino, e o código de ética dos jornalistas brasileiros

Neste tópico, conceitua-se a ética jornalística, expõe-se alguns pontos do código brasileiro e, ainda, trata-se do ensino da ética.

Barros Filho (2003, p. 229) alerta que os estudos acadêmicos na área de comunicação, de modo específico quando tratam da ética, costumam fazer mera reprodução, com abordagens superficiais e criação de almanaques.

O senso comum tem dominado o debate sobre a relação da ética e a comunicação. A reflexão crítica e de vanguarda, o fazer científico propriamente dito, tem dado lugar para o anúncio de frases decoradas e já conhecidas e para a repetição, de modo exaustivo, de ideias academicamente cristalizadas:

Isso acontece com a ética nas comunicações coletivas. A ausência de estudos científicos, a escassa referência bibliográfica em língua portuguesa, a origem profissional e acadêmica, sobretudo jurídica, dos docentes, pouco afeitos a reflexões sobre o processo comunicativo, a consequente ênfase em soluções normativistas [...] justifica-se, assim, qualquer controle ético ou jurídico. Está envolvido o problema de quem decorou algumas regras, mas não sabe por que nem para quê. (BARROS FILHO, 2003, p. 229).

Por se tratar de ética, o questionamento constante se impõe; e “questionar sobre ética da informação”, diz Cornu (1998, p. 7-8), “significa não se ater apenas aos aspectos próprios desta função reservada aos jornalistas. Eles são complexos o bastante para justificar uma reflexão ética própria”. Essa reflexão autônoma e interdisciplinar deve atuar, criticamente, sobre a forma como os comunicadores estão empregando a sua liberdade no fazer comunicacional: “A ética da informação, portanto, interessa-se

prioritariamente pelo tratamento intelectual dado à informação factual [...], a tudo o que acarreta escolhas e decisões quanto ao conteúdo e à forma da informação fornecida ao público". (CORNU, 1998, p. 19-20).

A reflexão ética sobre a comunicação e sobre o jornalismo especificamente, desloca-se do fazer jornalístico propriamente dito para ser, então, uma abstração racional acerca desse fazer. Karam (1997, p. 36), por exemplo, no livro “Jornalismo, Ética e Liberdade”, afirma que pensar sobre a ética com relação a uma determinada atividade é uma difícil prática pessoal, é como que um incômodo intelectual que pode ocorrer quando o profissional faz o exercício de afastar-se de sua função para que, assim, possa olhá-la criticamente, possa problematizá-la ou complexificá-la.

Tal postura crítica, que nem sempre é confortável pois pode levar as pessoas a indagações e polêmicas filosóficas complexas, pode também ajudar na construção de um jornalismo inovador e pertinente:

Se levarmos isso para o jornalismo, podemos tomar duas atitudes: achar que seu desdobramento contemporâneo é natural e, portanto, devemos apenas nos render à repetição do dia anterior e de sua modificação imposta pelo surgimento das novas tecnologias, interesses econômicos e políticos formulados pela “lógica do mercado”, ou, ao contrário, pensarmos que é possível construir um campo de conhecimento fundamental para a humanidade, no qual a inscrição da ética seja central para que o futuro não se torne apenas um conformado refém do passado. (KARAM, 1997, p. 35).

Ou seja, esse jornalismo inovador e pertinente depende de um espírito crítico sempre pronto para revisitar questões filosóficas e comunicacionais clássicas. Luiz Orlando Carneiro (Di Franco, 1995, p. 11) sintetiza tais questões a partir de seis eixos reflexivos: O que é ética? O que é ética jornalística? Com base na liberdade de expressão, a imprensa tem direito de publicar tudo? Quais limites a lei, os costumes e a própria imprensa devem impor para proteger a intimidade e a honra das pessoas? A imprensa deve atuar como uma espécie de “quarto poder”? Os jornalistas têm o direito de patrulhar e ordenar a opinião pública determinando qual a verdade acerca dos fatos, o certo e o errado, o “politicamente correto”?

Tais questões abertas e críticas, propícias para o debate sobre o ser e o dever-ser jornalísticos, constituem a base atual de construção daquilo que será a comunicação do

futuro. E para essas questões muitas hipóteses de resposta já foram e continuam sendo propostas. Di Franco (1995, p. 16), por exemplo, expõe a sua visão:

Estou convencido de que o futuro das empresas informativas passa, necessariamente, por dois vetores: recursos humanos e ética. [...] Um jornalismo investigativo, não-partidário, independente, sem editorialismo na informação e fiel à verdade dos fatos: estas são as vigas-mestras do profissionalismo e da modernidade. [...] Só uma revolução nos recursos humanos e na ética garantirá a força da mídia.

Esse é um exemplo de proposta e, obviamente, ela tem a sua qualidade. Mas muitas outras respostas podem surgir se as questões éticas continuarem sendo constantemente debatidas.

Rui Barbosa também tinha sua proposta. Dizia que “a imprensa é a vista da Nação” (BARBOSA, 1990, p. 37); dizia que é pela imprensa “que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe”, tal é o direito e o dever dos jornalistas: ser os olhos do seu povo.

Assim, muitos conceitos e críticas pertinentes podem surgir da reflexão sobre o jornalismo e, mais propriamente, da reflexão sobre os deveres do jornalismo, a deontologia: “A deontologia desenvolveu-se no interior de sistemas vastos e complexos, meios de comunicação e sociedade humana [...]. Do mesmo modo, ela deve receber críticas múltiplas e contraditórias” (BERTRAND, 1999, p. 183). Isto é, a crítica aos deveres da mídia ou à sua deontologia deve ser uma crítica livre e criativa, pautada pela autonomia filosófica e pelo rigor científico a fim de transcender o mero senso comum.

Tal reflexão problematizadora acerca dos deveres ou estudo dos deveres, basicamente, pode partir dos próprios profissionais de comunicação, dos proprietários dos meios de comunicação, mas também de grupos políticos, uns de viés mais conservador, uns mais progressista, e todos esses estão livres para refletir e criticar os códigos de ética profissional criados para jornalistas.

A crítica dos próprios profissionais de comunicação, segundo Bertrand (1999, p. 189), basicamente pode se dar da seguinte forma:

Hoje em dia, os jornalistas não adotam uma atitude uniforme: podem ser totalmente insensíveis à deontologia ou hipersensíveis. [...] Certos adversários, notadamente velhos jornalistas, veem na auto-regulamentação [dos códigos de ética jornalística] uma simples

maquiagem destinada a dar boa aparência aos meios de comunicação, a enganar o público. Ou ainda eles veem aí uma ladeira escorregadia levando à censura estatal.

Desse grupo dos comunicadores insensíveis à deontologia, adversários dos códigos de ética e autoproclamados superiores a esses dilemas filosóficos, emergem jornalistas que defendem que basta a consciência pessoal para guiar o tratamento da informação no dia a dia.

Já uma crítica básica advinda dos proprietários de meios de comunicação pode pender tanto para uma responsabilidade perante o seu público quanto para a reivindicação de que se o meio de comunicação é, de fato, uma propriedade privada, então os seus donos devem poder usá-los como quiserem e “se por acaso um usuário não gostar do que lhe servem, basta-lhe trocar de jornal ou de canal” (BERTRAND, 1999, p. 1888).

Ou seja, os padrões da mídia, seja uma mídia privada ou mesmo uma mídia estatal ou governamental, podem olhar com otimismo para as formas de regulação da comunicação ou, pelo contrário, podem ver nesse controle externo uma afronta ao seu poder interno.

As críticas abertamente de direita ou de esquerda são, basicamente, compreendidas a partir de seus extremos:

Os dois extremos do espectro político opõem-se à liberdade de imprensa. Naturalmente, despreza-se a deontologia (e seus meios de aplicação), “invenção ridícula de democratas ingênuos”. Para proteger seja a “nação”, seja o “povo, julga-se necessário controlar os meios de comunicação seja pelas forças policiais, seja possuindo-os todos. (BERTRAND, 1999, p. 186).

Os exemplos mais radicais são os mais simples de se classificar, seja a arbitrariedade do regime soviético sobre a sua imprensa, seja a arbitrariedade dos ultraliberais que dispensam qualquer regulamentação e acreditam que “o jornalista tem o direito de ser irresponsável: somente a sua consciência pode guiá-lo” (BERTRAND, 1999, p.187). É para avançar para além dessas críticas básicas e violentas que o livre debate e reflexão acerca da ética deve continuar e se aprofundar.

Já as críticas especificamente direcionadas aos códigos de ética jornalística são, a princípio, deslegitimadoras desse normativismo. Ainda que os códigos, assim como

outras formas de regulação, possibilitem que os próprios consumidores de informação tenham parâmetros para cobrar os jornalistas e os proprietários, tais códigos são tidos como “simples textos” e, como tal, há “o problema da aplicação das regras” e, sendo assim, “os códigos não são senão uma lista de proibições vagas e de votos piedosos” (BERTRAND, 1999, p. 184).

Ou seja, a crítica mais básica vai afirmar que os códigos até têm potencial para que sejam úteis, mas, na prática, seus princípios e regras são de difícil fiscalização. E a reflexão de todos os atores envolvidos, direta ou indiretamente, no fazer jornalístico deve ser aplicada também com relação aos códigos para então saber, por exemplo, se um determinado código é mais ou menos democrático, se as recomendações do código, como “é obrigatório que os jornalistas digam a verdade”, estão sendo devidamente interpretadas pelos profissionais. Isto é, a crítica social deve ser constante e a autocrítica dos jornalistas, também.

Para um exemplo concreto, há o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros que diz: “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação” (FENAJ, II, Art. 7º). Neste contexto, o questionamento constante sobre o que é a verdade e sobre as formas mais corretas de divulgação se impõe como uma necessidade. E não apenas os profissionais já atuantes devem fazer esse questionamento, mas desde a universidade os estudantes de jornalismo podem se abrir para o exercício crítico.

O pensamento é uma prática própria de pessoas autônomas, por isso quanto antes os futuros jornalistas forem ensinados a buscar a autonomia racional, melhor será para eles e para a imagem pública do jornalismo como um todo. No entanto, importa lembrar Kant (*in*. RAMOS, 2016) quando diz que “não é possível ensinar filosofia, mas apenas a filosofar”, por isso cabe aos professores desses futuros jornalistas iniciá-los nos problemas éticos da comunicação, expor as críticas e hipóteses básicas já existentes e, principalmente, estimulá-los para que desenvolvam o pensamento livre e criativo. Tal pensamento pode ser estimulado a partir de análise de casos reais, advindos da mídia local e atual.

A prática da revista Veja

Este último tópico é destinado à apresentação dos dados levantados acerca da Revista Veja e, a partir da inferência sobre esses dados, disserta-se com relação à possível tendência à parcialidade desta revista.

A Revista Veja é uma publicação do Grupo Abril que em seu site oficial expõe sua missão, visão, valores e princípios: "O objetivo básico da Abril é continuar a desenvolver a maior empresa editorial brasileira, mantendo-a lucrativa [...]". Após colocar o lucro como parte do seu objetivo fundamental, a Abril diz que a "integridade" é um dos quatro valores que norteiam a sua atuação, ao lado da excelência, pioneirismo e valorização das pessoas. Por integridade entende-se, a princípio: "qualidade de quem é honesto; que é incorruptível. Cujos comportamentos ou ações demonstram retidão; honestidade. Atributo do inocente; qualidade de quem é puro; castidade ou inocência" (DOP, 2016).

Alcântara (2012), então diretor de redação da Revista Veja, no texto "Ética jornalística: uma reflexão permanente", diz que: "temos de concordar que as pessoas não diretamente envolvidas em nosso trabalho possam, de boa-fé, não entender completamente a natureza do bom jornalismo que praticamos em Veja". Diz ainda que os jornalistas da revista estão submetidos ao Código de Conduta, os princípios e normas que devem direcionar a produção: "Os profissionais de Veja seguem as regras escritas da Editora Abril". E, então, faz um elogio da independência:

Em complemento ao Código de Conduta da Abril, a redação de Veja em seu Plano Editorial anual reafirma que a "independência" é o maior valor de um jornalista da revista. Por independência, diz o Plano Editorial, entende-se que o repórter não aceita nenhuma barganha editorial com as fontes em troca de informações. (ALCÂNTARA, 2012).

Diante de tal visão ética, pregada pelo Grupo Abril, passa-se agora para a prática recente da Revista Veja expondo os seguintes dados levantados acerca de suas capas:

De maio de 2015 a maio de 2016, foram publicadas 58 revistas. Dentre essas, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aparece, na chamada principal de capa, por 19 vezes e em 17 dessas vezes ele é associado à corrupção. E a então presidente, Dilma

Rousseff (PT), nesse mesmo período, aparece por 15 vezes, na chamada principal de capa, sempre sendo criticada por sua gestão à frente do país. Já o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), por outro lado, aparece uma única vez na capa da Revista Veja, na chamada principal, sem crítica à sua vida pessoal ou a sua administração. E o então vice-presidente Michel Temer (PMDB) aparece por 3 vezes, mas sem nenhuma crítica à sua pessoa durante o período delimitado para o presente estudo.

Já com relação à citação de partidos políticos brasileiros ou de seus políticos não diretamente ligados à Presidência da República, o PT é o partido que mais aparece: 5 vezes, sempre sendo criticado. O PMDB aparece por 3 vezes, sendo criticado em duas dessas vezes. Já o PSDB aparece uma única vez, porém de modo elogioso.

Nesse mesmo período, a Revista Veja também publicou 21 capas sem fazer citação direta de políticos e tratando de temas gerais e de entretenimento.

Tal prática de capa da Revista Veja indica que as suas publicações constituem um jornalismo crítico ao governo e aos políticos petistas, mas tal crítica é inexistente com relação ao PSDB. O foco principal das críticas veiculadas em capas recentes da Revista Veja é o ex-presidente Lula, o que pode sugerir uma parcialidade jornalística e, por isso, serviria para problematizar o princípio de "integridade", pregado pelo Grupo Abril, o "bom jornalismo", defendido por Alcântara, e a "independência", do Plano Editorial da própria revista.

Enfim, essa problematização e questionamento, a partir desse caso concreto da prática da Revista Veja, pode servir de base provocativa para o desenvolvimento de debates e críticas em sala de aula, de modo que os alunos futuros jornalistas possam descobrir e exercitar a livre reflexão.

Considerações finais

Assim, nota-se que o presente artigo promoveu um aprofundamento conceitual. Partindo do mais abstrato, no primeiro tópico, tratando da ética filosófica e da pedagogia kantiana. Chegando, no segundo tópico, especificamente à ética jornalística dentro do contexto geográfico brasileiro. Para, no último tópico deste estudo, abordar

dados empíricos de uma mídia delimitada, o exemplo da Revista Veja e a sua insistência em veicular capas contrárias a um partido político e favoráveis a outro.

Tal estudo proposto nesta pesquisa deve servir de base para professores de ética jornalística que, uma vez pautados pela noção de autonomia e esclarecimento segundo Kant, podem intencionalmente procurar junto a seus alunos pelas práticas mais ou menos virtuosas da grande mídia brasileira, criando, desse modo, um espaço pedagógico privilegiado de debate e desenvolvimento crítico dos futuros jornalistas.

Referências

ALCÂNTARA, Eurípedes. **Ética jornalística: uma reflexão permanente**. Revista Veja. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/etica-jornalistica-uma-reflexao-permanente>>. Acesso em: 05 de maio de 2016.

BARBOSA, Rui. **A imprensa, e o dever da verdade**. São Paulo: Edusp, 1990.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**. São Paulo: Summus, 2003.

BERTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias**. Bauru/SP: Edusc, 1999.

CAPAS DA REVISTA VEJA. **Acervo digital Veja**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/complemento/acervodigital/index-novo-acervo.html>>. Acesso em: 05 de maio de 2016.

CORNU, Daniel. **Ética da informação**. Bauru/SP: Edusc, 1998.

DI FRANCO, Carlos Alberto. **Jornalismo, ética e qualidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

DOP. **Dicionário online de português: integridade**. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/integridade/>>. Acesso em: 03 de junho de 2016.

EDITORA ABRIL. **Missão e valores**. Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/missao-e-valores>>. Acesso em: 05 de maio de 2016.

FENAJ. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2016.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. São Paulo: Unimep, 1999.

KANT, Immanuel. **Textos seletos**. Petrópolis: Vozes, 1974.

KARAM, Francisco José. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo, Summus, 1997.

RAMOS, Cesar Augusto. **Aprender a filosofar ou aprender a filosofia: Kant ou Hegel?** Acesso em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext>. Acesso em: 05 de maio de 2016.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: de Spinoza a Kant.** Vol 4. São Paulo: Paulus, 2004.

VINCENTIM, Luc. **Educação e liberdade: Kant e Fichte.** São Paulo: Unesp, 1994.